



**Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos**  
(Organizador)

# **Lacres Instituídos pela Sociedade e Enfrentamentos em Tempos de Exceção**

**Atena**  
Editora

Ano 2019

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos  
(Organizador)

# Lacres Instituídos pela Sociedade e Enfrentamentos em Tempos de Exceção

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Rafael Sandrini Filho  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
L146	Lacres instituídos pela sociedade e enfrentamentos em tempos de exceção [recurso eletrônico] / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-565-5 DOI 10.22533/at.ed.655190209  1. Ação social – Brasil. 2. Brasil – Política social. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de.  CDD 361.610981
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

**Lacres instituídos pela sociedade e enfrentamentos em tempos de exceção**, coletânea de vinte e dois capítulos de pesquisadores de diversas instituições, corresponde a obra que discute temáticas que circundam sociedade e enfrentamentos.

Abordando os conteúdos trazidos nas contribuições que se seguem, temos majoritariamente estudos que abordam a psicologia nas suas múltiplas vertentes de ações na comunidade social, mas também há a questão que se volta para a política de assistência frente ao questionamento de violência e tráfico de drogas. O ambiente escolar, dialogado com a ciência da psicologia, também é abordado, de modo que perpassa pela interação com a psicopedagogia, com a teoria da psicologia educacional, chegando até os desafios da escola na atualidade e a educação especial.

Além das já suscitadas, a presente coletânea congrega também capítulos que versam sobre enfermagem, saúde mental, espaços de acolhimento, terceira idade, comunidades quilombolas, dilemas enfrentados pelo feminino na sociedade das exclusões e prática esportiva.

Tenham ótimas leituras!  
Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE AS IMPLICAÇÕES DO FAZER PSI DIANTE DA ESCOLHA PROFISSIONAL ENTRE ADOLESCENTES DE DIFERENTES CLASSES SOCIAIS	
Adria de Lima Sousa Patrícia da Silva Caldas Pamella Dias da Silva Vanessa da Costa Balieiro Francisca Renilma de Moura Marinho Joana Maria de Souza Lopes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6551902091</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>6</b>
CLÍNICA E SUBJETIVIDADE: POR UMA NOVA VERSÃO DO DISPOSITIVO PSI	
Ulisses Heckmaier de Paula Cataldo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6551902092</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>23</b>
A PSICOLOGIA E AS VIOLAÇÕES AOS DIREITOS DE ADOLESCENTES NAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE INTERNAÇÃO	
Sidelmar Alves da Silva Kunz Mônica Marques dos Santos Adilson dos Reis Felipe	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6551902093</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>40</b>
A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM DEBATE: A VIOLÊNCIA ESTRUTURAL E O TRÁFICO DE DROGAS EM TEMPOS DE TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS	
João Vitor Bitencourt Patrícia Krieger Grossi	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6551902094</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>52</b>
O CONTEXTO INSTITUCIONAL PELA ÓTICA DA CRIANÇA	
Monalisa Pereira Furtado Celina Maria Colino Magalhães Agnes de Maria Júnior da Silva Dalízia Amaral Cruz Juliana Oliveira dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6551902095</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>64</b>
PSICOMOTRICIDADE E PSICOPEDAGOGIA: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO	
Ceres Fassarella Carneiro Joan Cristina Rios De Oliveira Isabelle Cerqueira Sousa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6551902096</b>	

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>76</b>
ESTADO DA ARTE DE REFERENCIAIS TEÓRICOS DA PSICOLOGIA EDUCACIONAL: 1990-2016	
Paulo Emilio Gomes Nobre Emanuelle das Dores Figueiredo Socorro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6551902097</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>87</b>
PSICOLOGIA ESCOLAR E PROCESSOS EDUCACIONAIS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Fabrício Costa Leite Barros Maria Aparecida Ferreira Menezes Suassuna	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6551902098</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>91</b>
OS DESAFIOS NA ESCOLA: FORTALECENDO O JOVEM DIANTE DA TRANSIÇÃO ESCOLAR	
Vinícius Nunes dos Santos Tatiana Souza de Oliveira Adinete Sousa da Costa Mezzalira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6551902099</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>100</b>
EDUCAÇÃO ESPECIAL: UMA EXPERIÊNCIA COM CRIANÇAS AUTISTAS NO SISTEMA REGULAR DE ENSINO	
Iana Paola Monte Freire Karine Lima Verde Peixoto Fábia Geisa Amaral Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65519020910</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>112</b>
QUALIDADE DE SONO EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS QUE ESTUDAM PELA MANHÃ E A NOITE DURANTE A SEMANA DE PROVAS	
Thamara Xavier Dias Aline Silva Belísio	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65519020911</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>120</b>
ESTAGIÁRIO DE ENFERMAGEM: LUTO POR MORTE VIOLENTA E SUAS CONSEQUÊNCIAS PSÍQUICAS	
Rosane Albuquerque da Costa Isabela Vieira da Silva Santos Alisson Soares de Sousa Hossana Pereira Eugênio Jéssika Koste Sangali Lucas Costa Marins Barbosa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65519020912</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>132</b>
CUIDADOS COM A SAÚDE MENTAL DOS SERVIDORES DO HOSPITAL GERAL PRADO VALADARES EM JEQUIÉ/BA	
Aida Lomanto Couto Elzeni Damasceno de Souza Tatiane Tavares Reis	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65519020913</b>	

<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>143</b>
ANÁLISE DAS VISITAS FAMILIARES EM UM ESPAÇO DE ACOLHIMENTO DE BELÉM-PA	
Juliana Oliveira dos Santos	
Celina Maria Colino Magalhães	
Agnes de Maria Júnior da Silva	
Monalisa Pereira Furtado	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65519020914</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>156</b>
O ADEUS AO ABRIGO: NO CURSO DA MAIORIDADE, A REEDIÇÃO DO DESAMPARO	
Natalia Afonso Rubio	
Rita Aparecida Nicioli Cerioni	
Eliana Herzberg	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65519020915</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>165</b>
RODAS DE CONVERSA COM IDOSOS: ESPAÇO DE SIGNIFICAÇÕES E DE ENFRENTAMENTOS EM TEMPOS AUSTEROS	
Iris Clemente de Oliveira Bellato	
Matheus Bassan Alvino Brombim Lopes	
Amailson Sandro de Barros	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65519020916</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>177</b>
REALIDADE E EXPECTATIVA DA POLÍTICA NACIONAL DE PROMOÇÃO DE SAÚDE PARA PESSOAS IDOSAS QUE VIVEM EM SITUAÇÃO DE RUA	
Carine Magalhães Zanchi de Mattos	
Patrícia Krieger Grossi	
Francielli Girard	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65519020917</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>189</b>
COMUNIDADE QUILOMBOLA E SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO: AS MARCAS DA EXCLUSÃO SOCIAL NA SUBJETIVIDADE HUMANA	
Fabrício Costa Leite Barros	
Orlando Júnior Viana Macêdo	
Vânia Santana Lacerda Barros	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65519020918</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>193</b>
MISSÃO LAPASSADE-1972: COINCIDÊNCIAS ANALISADORAS	
Marília Novais da Mata Machado	
Sônia Roedel	
Heliana de Barros Conde Rodrigues	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65519020919</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>205</b>
A MULHER DONA DE CASA BENEFICIÁRIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	
Antonia Danniele Jeska Torres de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65519020920</b>	

<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>215</b>
MULHERES E O DIREITO DE <i>ESTAR</i> SÓ: DA LIBERDADE JURÍDICA AO PRECONCEITO SOCIAL	
Aline Podkowa	
Rosângela Angelin	
DOI 10.22533/at.ed.65519020921	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>227</b>
ANÁLISE DE DADOS SOBRE MOTIVAÇÃO DE PRATICANTES E FREQUENTADORES DE ACADEMIA	
Lucas Augusto Menezes	
Breno Lara Beraldo	
Vitor Miranda de Araujo	
DOI 10.22533/at.ed.65519020922	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>231</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>232</b>

## CLÍNICA E SUBJETIVIDADE: POR UMA NOVA VERSÃO DO DISPOSITIVO PSI

**Ulisses Heckmaier de Paula Cataldo**

Faculdade Sul-Fluminense (FaSF)

Rio de Janeiro – RJ

**RESUMO:** O presente estudo de caso, narrado a partir dos recursos metodológicos da teoria ator-rede, tem a intenção de engajar o leitor às controvérsias entre a prática clínica em psicologia e a produção de subjetividade. Apoiados em autores como Bruno Latour, Vinciane Despret e Márcia Moraes, discutimos, a partir da experiência do caso em questão, se a prática clínica, do contrário de um dispositivo asséptico em prol da modificação de uma interioridade identitária, não pode ser encarada como uma geografia de misturas, uma corpografia na produção de novas versões do que podemos e desejamos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Subjetividade; Teoria Ator-rede; Psicologia Clínica.

**ABSTRACT:** The present case study, narrated from the methodological resources of the actor-network theory, intends to engage the reader in the controversies between clinical practice in psychology and the production of subjectivity. Supported by authors such as Bruno Latour, Vinciane Despret and Márcia Moraes, we discuss, from the experience of the case in question, whether clinical practice, as opposed

to an aseptic device for the modification of an identity interiority, can not be considered as a geography of mixtures, a corpography in the production of new versions of what we can and wish.

**KEYWORDS:** Subjectivity; Actor-network theory; Clinical psychology.

### 1 | INTRODUÇÃO

O presente texto tem como objetivo apresentar um estudo de caso que nos engaje ao do debate a respeito das práticas em psicologia e produção de subjetividade nas suas controvérsias. Pretendemos expor uma versão do dispositivo terapêutico que, ao promover conexões com toda uma heterogeneidade de atores, nos levam a questionar a subjetividade como uma substância interna e individual que controla e executa as ações e as próprias práticas em psicologia como produtoras de (novas) realidades.

Para seguir a proposta explicitada, busco aproximação com as ferramentas teórico-metodológicas da Teoria Ator-Rede (TAR). Como uma das propostas metodológicas mais importantes do campo dos Estudos da ciência, sociedade e tecnologia (CTS), a TAR nos será de grande utilidade tanto como fonte de

inspiração, quanto como ferramenta metodológica para a composição da cartografia do caso a seguir.

Segundo Moraes e Arendt (2013), o campo dos estudos em CTS trata-se de um campo de pesquisas que proliferou a partir dos anos 80 do século XX e reúne autores de diferentes áreas e continentes com um articulador comum: a concepção de que os três domínios que norteiam esse campo, a ciência, a tecnologia e a sociedade, são entrelaçados e coproduzidos através de associações heterogêneas que articulam humanos e não-humanos, sem assimetrias ou determinismos de um domínio sobre os demais, ou dos humanos sobre os não-humanos. Assim, nas palavras dos autores citados acima: “podemos afirmar que no campo dos estudos de CTS, o social não é considerado como algo dado, definido de antemão, ele não é senão efeito de certos arranjos ou associações que reúnem elementos bastante díspares” (pág. 314).

Os mesmos autores citados definem a TAR como “uma família disparatada de instrumentos material-semióticos e métodos de análise que tratam tudo nos mundos natural e social como efeitos continuamente gerados por redes de relações” (pag. 315). Não sendo propriamente uma teoria, a TAR estaria mais para um conjunto de procedimentos metodológicos sensíveis para a complexidade das redes, preocupando-se em criar relatos que promovam descolamentos nessas redes, que contém histórias interessantes sobre elas e sobre o que nelas interfere.

Nesse sentido, dentro da proposta da TAR, como escreve Latour (2012), a realidade, do contrário de algo previamente dado à representação ou à descrição das essências, é efeito da composição de séries de redes de atores heterogêneos; o que apaga as tradicionais divisões analíticas entre ciência e cultura, agenciamento e estrutura, entre macro e micro social ao propor tratar diferentes materiais, como pessoas, ideias, textos, coisas, como efeitos interativos, não como causas primitivas.

Admitindo, pois, a realidade enquanto prática de composição, enquanto efeitos de redes como associações heterogêneas que trata os agentes como efeitos interativos, não entidades reificadas e naturalizadas, é necessário, para a melhor compreensão do estudo de caso que consiste o presente trabalho, discutirmos alguns operadores conceituais básicos como Performance, Ator-rede, Corpo e Subjetividade.

Segundo explica Moraes e Arendt (2013), a TAR volta sua atenção para a materialidade heterogênea das relações, à sua localidade e precariedade no tempo e no espaço. O pesquisador, do contrário da figura neutra que procura a verdade do real oculto, dá ênfase àquilo que é produzido pela prática. Pensando em estabilidades contingentes e múltiplas, a virada para a prática, ou praxiologia, marca da TAR, entende a própria prática da pesquisa como produtora da realidade.

O interesse do pesquisador TAR, logo, não é pela construção ou edificação de uma rede, mas à maneira como através delas as realidades foram geradas, a forma como foram colocadas em cena através das práticas; a performatividade. O pesquisador que opera com a TAR volta-se as performances, a como as práticas são encenadas. A TAR trás novos problemas metodológicos para os pesquisadores:

enquanto as metodologias tradicionais estão preocupadas na descoberta ou descrição de uma realidade com forma definida a priori, a TAR deixa os atores livres para falarem por si, confere voz aos atores, os compreendendo não como substantivos, mas como verbos.

Com efeito, a realidade é dada nas performances, é posta em cena através das práticas que mobilizam diversos atores em cenários capilares e contingentes. O modo TAR de pesquisar, pois, exige esforço, o trabalho de descrição das múltiplas e heterogêneas associações de atores humanos e não-humanos; ou, em outras palavras: para fazer ciência com a TAR, deve-se “seguir os atores” (Latour 2012).

Fundamental para a compreensão da proposta apresentada é o conceito de Rede. Do contrário de uma estrutura, a rede é afirmada como uma ontologia da geometria variável, ou, em outras palavras, uma rede se faz por mediadores, e não por intermediários. A rede pode ser entendida como um coletivo de associações heterogêneas entre atores humanos e não-humanos, como uma trama traçada pelos vínculos entre os atores. Com efeito, os atores são híbridos, heterogêneos. Um ator, como escreve Latour (2012), é aquilo que é levado a agir, que se define pelos seus efeitos. Como bem ressalta Arendt:

Nesta abordagem o ator não **age** simplesmente. É levado a agir tendo em vista a rede de relações em que está envolvido, sem ser agido por ela. (...) Esta rede, diz Latour, ‘faz-fazer’. (...) O ator **instaura** um modo de ser tendo em vista a rede (Arendt, 2007, p.281, grifos no original).

Uma rede de atores, portanto, como nos lembra Moraes (2004), não é redutível a um único ator, nem a uma única rede; ela é composta por uma série de objetos heterogêneos (humanos e não humanos) conectados. Logo, “uma rede é simultaneamente um ator, cuja atividade consiste em fazer alianças com novos elementos, e uma rede, capaz de redefinir e transformar seus componentes” (Callon 1986, pag. 93 apud Moraes, 2004, pag. 323). Com efeito, pode-se dizer que por rede podemos entender uma ação recíproca (nunca um contexto ou uma estrutura), sendo que o mais importante é acompanhar os efeitos dessa ação, os múltiplos deslocamentos que ela produz; os custos das translações (Latour, 2012). Os atores, assim, devem ser encarados como mediadores, como efeitos relacionais, jamais como meros intermediários de estruturas de padrões definidos.

Compreendido essa passagem, reagregar, cartografar um coletivo ator-rede, exige, para o rigor da descrição, o exercício de aprender a ser afetado, ou compor um corpo. Latour (2007) ao escrever sobre o corpo, nos liberta de concebermos o ultimo como uma entidade que se define em oposição a mente, ou em oposição a sede da razão, como a morada das emoções incontroláveis. Por outra via, Latour prefere pensar o corpo pela via dos afetos.

Para Latour, “ter um corpo é aprender a ser afetado, efetuado. [...] Um interface que vai ficando mais descritível quando aprende a ser afetado por mais elementos” (2007, pág. 39). O autor citado, com efeito, escapa das definições assimétricas do

corpo, como, por exemplo, morada da alma, do pensamento, ao optar a pensar o corpo como uma proposição articulada: “aquilo que deixa uma trajetória dinâmica através do qual aprendemos a registrar e a ser sensíveis àquilo de que é feito o mundo” (pag. 39).

Latour, no texto citado, fala do corpo no sentido de defender uma nova metodologia para a prática científica. O corpo como uma proposição articulada é tomado na discussão epistemológica como uma forma de conhecer. Não admitindo a separação entre ciência e política, Latour busca inspiração na epistemologia política de Despret-Stengers onde a produção de conhecimento é vista como atividade política e não como atividade cognitiva e neutra de um sujeito instrumental voltado à descoberta da verdade (a natureza desprovida da contaminação da cultura).

No tocante ao explicitado acima, uma ciência interessante é um aprender a ser afetado, é a produção de novas versões que sejam sensíveis a mais mediadores, aos efeitos das mais diferentes entidades; compondo relatos mais articulados, interessantes. Uma ciência articulada é aquela que assume o risco de falhar, possibilitando que os atores falem por si, em sua própria voz, até mesmo para subverter as perguntas do pesquisador. Uma ciência interessante, desta feita, é uma prática que esta aberta e procura o risco, uma vez que dando voz aos atores, corre-se o risco de ver o próprio projeto de conhecimento se desfazer no caminhar imprevisível das afetações.

Deslocado o problema de ter um corpo para o de descrever um mundo de proposições articuladas, o autor citado defende, portanto, a realização da prática científica como a composição de mundo comum, onde as nossas descrições gerem versões que não sejam expressões tautológicas de uma realidade natural, mas que sejam relatos que façam diferença, que afetem, que sejam interessantes. Um conhecimento articulado é uma versão que promove um deslocamento, gerando ainda mais questões. Nas palavras de Latour: “o caminho para a ciência implica [...] um ou uma cientista apaixonadamente interessada (o), que proporciona ao seu objeto de estudo as ocasiões necessárias para mostrar interesse, e para responder questões que lhe coloca recorrendo às suas próprias categorias” (2007, pag. 50).

Quanto à subjetividade, seguindo a proposta de pensar o conhecimento na via das articulações, do aprender a ser afetado, encontramos no trabalho de Thrift (2008) ressonâncias muito interessantes ao que aqui se discute. Thrift procura pensar a subjetividade fora do imperativo da ideia de um “eu” interior, sede de vivências internas. Para o referido autor, que prefere uma geografia da subjetividade, esta deve ser admitida como um como um efeito de redes, algo que nos faz fazer e que tem como característica a sua dispersão.

Thrift (2008) interroga: o que nos faz fazer? O que nos move a decisões que nos fazem confusos quanto a nossa própria vontade? O que há em nós? Tratar-se-ia da consciência fenomenológica, do Inconsciente da psicanálise, das consequências das relações de classe, ou de alguma função natural efeito do funcionamento do cérebro? Para além destas versões, o autor guia a controvérsia para outro território: ao invés de perguntar sobre “o que” é a subjetividade, a fim de dissecar sua substância, pergunta

“onde”, questiona sobre o lugar da subjetividade.

Para dar conta de problematizar (“formular boas perguntas, que nos conduzem a outras perguntas e não a respostas”, pág. 82) sobre o que nos move (o que nos faz tomar decisões que até parecem provindas de outra pessoa) o autor, baseado nas ideias de Gabriel Tarde, propõe o estudo da alma e suas propriedades como algo que nos anima, diferente da concepção moderna de mente (a interioridade reflexiva).

Com efeito, o ser animado, em ressonância com os pensadores da TAR, é aquele que tem agência, que afeta, que põem em movimento. Para além das fronteiras disciplinares, Thrift propõe que para se compreender a subjetividade é necessário um olhar para as práticas, e não para os sujeitos que estão no mundo a mercê de ser modificados. Assim, o referido autor nos chama a atenção para os locais em que os comportamentos são modificados, para o momento, a localização; o espaço.

Não obstante o estudo de sujeitos individualizados, Thrift prefere pensar que são os atores que intervêm na produção de um afeto. A presente afirmação nos possibilita acompanhar, dessa forma, a ideia de subjetividade de Thrift, de como nos constituímos gerando novas formas de espaço. Nas palavras do autor:

Essa concepção conduz a uma noção de subjetividade como linhas ou campos de interesse e afetação interagindo num lugar e momento. Essas linhas e campos não são sujeitos individuais. São muito mais sopas miméticas, territórios encerados e minguantes e desejo e interesse, geralmente produzidos semiconsciente pela propriocepção [...]. Nesta concepção, ainda existem pessoas, mas muito mais como frouxas formações aloclétricas com fronteiras porosas, sobre as quais elas têm apenas controle limitado (pag. 84).

A geografia de cada pessoa, portanto, estaria para a composição de um estilo próprio que pode-se entender como um modo de composição, como composições emotivas. O autor sustenta, em ressonância com a epistemologia política de Latour, que o estudo da subjetividade deve ser entendido como o estudo das transformações da distribuição da subjetividade numa rede de atores.

Essa versão desloca o que entendemos por dentro, interior, Eu. Pessoas, coisas e situações tornam-se misturados numa comunidade. Enquanto pudermos atribuir à subjetividade a curiosidade do olhar do “onde”, podemos focar na multiplicidade heterogênea de objetos que agem, podemos focar na composição de corpos: “alguém é o fazer” (Thrift, 2008, pág.84).

Portanto, depois de esclarecidos os operadores conceituais e metodológicos, o presente texto segue com a composição da escrita do caso em questão na intenção de deslocar os caminhos institucionalizados das práticas psicológicas. Admitindo a proximidade conceitual entre os temas do corpo e da subjetividade, almejo suscitar questões ao arriscar-me nos (des)caminhos das práticas psicológicas e dos seus efeitos na produção de subjetividade como proposições articuladas.

O texto do caso, dividido em duas partes correspondentes a momentos distintos, abarca o encontro de um insistente terapeuta, um paciente acusado de um crime que não compreende e outros diversos e heterogêneos atores que vão se misturando

ao longo do processo de circulação de afetos, compondo novos territórios de subjetividade. Com efeito, esperamos criar uma (nova) versão que articule ainda mais atores na composição de um corpo que nos conduza a problematizações das práticas em psicologia e produção de subjetividade.

## 2 | RELATO DE CASO PARTE 1: (DES) ENCONTROS

No início da minha carreira de psicólogo clínico trabalhei numa ONG que visava a ressocialização de adolescentes em uso de drogas e em conflito com a lei. O projeto consistia numa equipe multidisciplinar com psiquiatra, psicólogos, assistente social, pedagoga, educadores, oficinairos e uma casa que funcionava como um centro de convivência, onde o adolescente poderia passar o dia, habitar e participar das diversas atividades ali propostas, além de cumprir algumas destas atividades como parte do seu plano terapêutico individual. Situávamo-nos como equipamento estratégico tanto na prevenção quanto tratamento de adolescentes usuários de drogas compondo a rede de proteção do município na intermediação entre a saúde mental e a assistência social.

Nosso público, em quase sua totalidade, consistia de adolescentes em vulnerabilidade social: meninos e meninas, por volta dos seus 15 anos, usuários de drogas, com associação ao tráfico, passagem pela polícia e pertencentes às camadas de baixa renda da população.

Em teoria, apesar do nosso papel voltar-se, mais especificamente, à questão do uso de drogas e seu controle, as questões que emergiam dos casos que atendíamos ultrapassavam, em suas complexidades, nossa mera missão de promoção de uma “readaptação social”, como ficará saliente no caso que se segue.

Num fim de tarde de uma semana de rotina, adentra ao projeto Marco Antônio<sup>1</sup>. Com 14 anos e aparência de menino, o adolescente, natural de Duque de Caxias, Rio de Janeiro, chega acompanhado de duas cuidadoras do abrigo municipal. Marco Antônio encarnava uma fúria quase incontrolável. Neste primeiro contato fui chamado para “controlar” a situação.

Marco Antônio estava sentado à nossa grande mesa de refeições. Com a cabeça baixa, deitada sobre os braços, não queria conversa, apenas queria “ir pra casa”. Aproximo-me com o cuidado que a situação exigia e apresento-me. Muito contrariado, o adolescente conta que, a revelia de sua vontade, fora retirado de sua cidade natal, da onde jamais havia saído, e trazido para Volta Redonda, lugar para ele totalmente desconhecido.

Acostumados a recebermos adolescentes via encaminhamento do CAPSI, CRIAAD e Conselho Tutelar, estranhei a presença de um adolescente pertencente a uma rede até então distante dos nossos limites de abrangência. O que um adolescente

---

1 Nome fictício usado para ocultar a identidade real do adolescente envolvido.

de tão longe e estranho a rede municipal estaria fazendo conosco? O que o teria trago aqui? E por que tanta irritação da parte dele?

As cuidadoras que o acompanhavam informam que o adolescente havia chegado há dois dias como medida de proteção. Segundo a profissional consultada, Marco Antônio tinha um longo histórico de evasão dos abrigos de Duque de Caxias, vivendo, a maior parte de sua vida, na rua. Porém, desta vez sua situação se complicara: estava jurado de morte, ao mesmo tempo, por parte da milícia local, pelo tráfico de drogas, pelo tráfico de animais silvestres (por dívidas) e perseguido pela PM (por porte de drogas). Como medida desesperada de assegurar sua vida a rede de proteção de Duque de Caxias optou pela tentativa de escondê-lo em outro município, mesmo que temporariamente.

O adolescente diz não entender o que faz em Volta Redonda. Ofereço lanche, cachorro quente e refrigerante. Marco, com fome, aceita. Enquanto nos alimentávamos, sozinhos na cozinha, após momentos em silêncio, arrisco algumas palavras. Digo que gostaria de saber o que estava acontecendo. Marco confirma, em parte, a versão das cuidadoras do abrigo. Explica que foi tirado do abrigo de sua cidade, há dois dias, e, sem nenhuma explicação, trazido para “cá” (ele não sabia onde estava) a contra gosto. Ele exigia voltar para sua cidade, para sua família e uma explicação para todo o ocorrido. Explico para o adolescente onde o mesmo se encontrava e o motivo da sua transferência. Até aquele momento, para meu espanto, nenhum profissional tinha explicado detalhadamente para o adolescente o que se sucedia. Marco Antônio fica confuso e discorda da ideia de que ele estaria em risco, ponto de vista que despendi tempo para compreender. Após essa conversa, o convenci que retornasse no dia seguinte sob a promessa de coletar informações sobre os detalhes de sua transferência e de quanto tempo ele permaneceria em Volta Redonda, a grande questão que ele trazia e que ninguém tinha resposta.

Conforme prometi ao adolescente, entrei em contato com toda a rede de saúde mental de Volta Redonda e Duque de Caxias. As respectivas instituições reportaram que Marco Antônio, como descrito acima, corria alto risco de morte, além de não ter nenhuma rede familiar que lhe servisse de suporte: era filho único, seu pai desconhecido, sua mãe estava presa e seus avós maternos recusavam sua guarda. Abrigado desde os 9 anos de idade, Marco alternava períodos institucionalizado com períodos onde viveu na rua. As psicólogas do CAPSI de Duque de Caxias, que tinham mais proximidade com o adolescente, acrescentaram que o mesmo jamais frequentou a escola, e desde muito cedo se envolve em práticas criminosas, como tráfico de drogas e de animais silvestres, para sobreviver.

Quando questionei o motivo da transferência abrupta, da escolha de Volta Redonda como destino e da falta de explicação para o adolescente, fui informado que o abrigo, há poucos dias atrás, fora invadido por traficantes a procura de Marco, o que justificou a necessidade da transferência imediata. A escolha do município de Volta Redonda deu-se, segundo as referidas psicólogas, além da distância, pela influência

de uma vereadora de Volta Redonda e, quando a falta de informação ao adolescente, ambas as equipes foram enfáticas que o adolescente tinha total ciência da sua situação e motivos da sua transferência.

Este primeiro encontro foi marcado por diversos afetos, muitos deles contraditórios: não me sentia totalmente confortável para atender Marco Antônio, sua postura agressiva e rude me despertava certo incômodo. Pelo lado de Marco, acusado de algo que não conhecia, vítima de uma “proteção” que ele não julgava necessária, provavelmente nossa oferta de cuidado produzia uma desconfiança. Por que alguém deliberadamente iria querer ajuda-lo? Com qual interesse?

No dia seguinte Marco Antônio adentra a instituição muito irritado, expressão fechada, passos firmes, rispidez na fala, assustador (não apenas para mim, mas para toda a equipe, inclusive para as cuidadores do abrigo que o acompanhavam). As cuidadoras logo informaram que Marco Antônio discutiu e quase agrediu o vigia noturno do abrigo após este ser enfático quanto ao horário da televisão. As funcionárias, logo que marco entra na ONG, saem imediatamente, dando a nítida impressão que estava fugindo. Naquele dia o abrigo nem se prontificou em apanhá-lo de volta, nós que tivemos que leva-lo.

Como de praxe, convido Marco Antônio para a sala de atendimento individual. Essa primeira conversa foi tensa. Marco, muito nervoso e fechado quase não falou, independentemente da minha insistência e da promessa que tudo o que ali fosse discutido permaneceria no mais absoluto sigilo. Marco apenas se manifestou para perguntar o horário do lanche e para explicitar sua desconfiança, segundo ele eu mais parecia um policial, ao interroga-lo, do que um psicólogo. Após comer disse que queria ir embora, e assim procedemos, o devolvendo ao abrigo.

Antes do terceiro retorno do adolescente, levo o caso à reunião de equipe na intenção de colocar meus incômodos, discutir um plano terapêutico e até sua pertinência, uma vez que tinha dúvidas se o isolamento do adolescente em Volta Redonda seria ideal para seu bem estar. Manifesto que a agressividade do adolescente muito me incomodava, sentia-me engessado uma vez que o mesmo quase não abria possibilidade para diálogo e expressava, quase todo o tempo, o desejo de ir embora.

A equipe concordou com o diagnóstico do psiquiatra de “déficit de atenção e transtorno de opositor/desafiador”. Sem “perfil para grupo” (o que incluía as oficinas), o plano de tratamento individual de Marco Antônio consistiu em atendimentos individuais comigo, com quem ele já teria desenvolvido uma “transferência”, duas vezes por semana. A ONG, como equipamento complementar à rede de saúde mental e proteção à criança e adolescente do município, tinha como meta, neste caso, em concordância com a rede, a abstinência e o retorno do adolescente à escola. Estes, segundo a decisão da equipe, seriam os nossos objetivos.

Saio frustrado e temeroso da reunião. Minhas dúvidas centrais não foram respondidas: não estava claro quanto tempo o adolescente ficaria no município, e, por essa circunstância, não sabia como estruturar e conduzir o trabalho. Além disso, a

postura sempre agressiva e monossilábica do adolescente deixava-me muito hesitante quanto a minha aproximação. Particularmente, não via uma saída para quebrar sua “resistência” à prática clínica tal qual eu executava.

Começamos os encontros individuais, em set terapêutico clássico, com cadeiras, mesa e um sofá. Marco prefere sentar-se de frente, nas cadeiras que ficavam próximas à mesa. Pouco conversamos. Marco dispunha-se emburrado, e no pouco que comunicava manifestava seu descontentamento em ter sido retirado de Duque de Caxias e perguntava sobre a hora do lanche.

Os dias seguiam. Nesse tempo, todas as tentativas de explicar o objetivo dos encontros e deixa-lo a vontade foram frustradas. Comecei a me questionar se este dispositivo, que deveria funcionar como direcionador à saúde, não estaria, pelo contrário, gerando violência, tanto para ele, quanto para mim. Pergunto onde ele gostaria de estar naquele momento, uma vez que insistentemente ele demonstrava descontentamento com nossa conversa. Marco Antônio devolve a pergunta.

Este acontecimento, possibilitou uma fissura, um deslocamento ou linha de fuga no campo. Segundo Despret (1999, apud Moraes 2010) um deslocamento promissor é aquele “que produz novas versões disto que o outro pode fazer existir. [...], em outros termos, é uma proposição que, da maneira pela qual ela se propõe, cria a ocasião para uma nova versão possível do acontecimento” (pág. 29).

A intervenção de Marco Antônio subverteu o *script* das encenações que estávamos amarrados. Ao questionar sobre onde eu gostaria de estar, o adolescente anunciou uma nova versão do que ele poderia fazer, ele interrogou a minha *expertise* quebrando a hierarquia e neutralidade da minha figura. O que estava em jogo naquele cenário, agora, era a redistribuição da *expertise*, já que o lugar do questionador e daquele que não sabia sobre seu verdadeiro querer haviam se invertido. Ao me interpelar sobre minha vontade, Marco Antônio interpelava o modo de funcionamento do dispositivo terapêutico até aquele momento, redistribuindo as capacidades de agir: no lugar de uma hierarquia assimétrica, que separava o paciente do psicólogo, aquele que era passivo tornou-se ativo, conduzindo sobre o que se deveria falar.

Assim, o deslocamento promissor em questão pode ser entendido, como nos explica Moraes (2010), como aquilo que move o dispositivo de intervenção, que nos convida a experiência de que interrogar o outro implica um processo de transformação que não envolve apenas o outro, se não também a quem interroga. A intervenção de Marco desloca a geografia que era encenada até aquele momento na sorte dos diversos atores presentes na cena ganharem novo potencial de intervenção: a mesa, a cadeira, o sofá etc., deixaram de ser meros intermediários, utensílios a disposição do terapeuta para fazer falar para se tornarem agentes neste novo espaço que se desenhava.

Imediatamente penso no zoológico municipal, que ficava há poucos metros de onde estávamos. Propus que fôssemos até lá “dar uma volta”. Foi a primeira vez que Marco Antônio me olhou nos olhos. A minha abertura a disponibilidade de ser afetado

abriu o canal para a troca entre nós e todos os outros agentes presentes no campo. Como nos explica Despret (2004), quando foi necessário que nos autorizássemos a experiência terapêutica para que nosso encontro como terapeuta e paciente fosse possível. A partir desse acontecimento promissor uma nova versão do nosso processo e de nós mesmos se fez presente na trajetória de uma nova caminhada, na construção de um dispositivo de intervenção que se fez com o outro, numa parceria que foi se construído em articulação com aquilo que nos afetava mutuamente.

### 3 | RELATO DE CASO PARTE II - ENCONTROS

Levanto, pego meu crachá de identificação e saímos. Marco Antônio fica surpreso e curioso. Caminhamos lado a lado. Durante o caminho, vou relaxando, aproveitando o sol e o canto dos pássaros (a ONG se localizava próximo ao único jardim público da cidade). As feições de Marco Antônio vão se desamarrando, e ele levanta a cabeça para observar os pássaros.

De repente ele diz: “Esse é um Mérro, meu avô cria Mérro em Duque de Caxias”. Foi a primeira vez que Marco Antônio se dirigia a mim com outras palavras que não fosse reclamações e dúvidas sobre o horário do lanche. A observação de Marco imediatamente me leva para ternos momentos que vivi com meu avô, quando o mesmo me levava para observar as formigas carregando folhas para o formigueiro. Divido com Marco essa memória e, também pela primeira vez, conseguimos um diálogo, acompanhado de nossos primeiros sorrisos.

Chegando ao zoológico, um grupo de micos eram alimentados por crianças. Marco fica muito empolgado para alimentá-los, ele jamais havia visto um mico. Pego pipocas com um vendedor e nos divertimos juntos com os micos, que vinham comer em nossas mãos. Foi também a primeira vez que nos tocamos. Demos as mãos em gesto de cumprimento.

Voltando para a ONG, após o lanche, a cuidadora do abrigo que viera buscá-lo pergunta, em tom irônico, se ele gostaria de retornar no dia seguinte. Marco, sem pestanejar, para a surpresa da cuidadora, responde: “Claro!”.

Na seguinte sessão, que ocorreu pela manhã, após o café, voltamos ao zoológico. A conversa já ocorria de maneira mais fluida. Pergunto sobre sua vida em Duque de Caxias. Marco responde que, por volta ou outra, reside na casa dos avós, que tem em seu avô sua figura de maior estima. No entanto, devido a constantes discussões com os mesmos, acaba sempre voltando para o tráfico. Relata-me que sobrevive na rua desde a prisão de sua mãe. Realiza pequenos furtos, tráfico e venda de animais silvestres, os “bichos”.

No caminho para o zoológico, marco explica, diante de diversas espécies de passarinhos que encontramos pelo caminho, as melhores formas de captura-los, em que tipo de gaiolas podem ficar e as diversas técnicas para “abrir o canto” dos pássaros. Uns passavam a cantar apenas depois de comer banana, outros precisavam

da presença de uma fêmea, e assim por diante. Marco narrava sua boa relação com o avô (unidos pelo cuidado com os pássaros) até que um dia Marco Antônio roubou os pássaros do avô para vender numa feira de Duque de Caxias. Surpreso, pergunto o motivo do ato para o adolescente, sua resposta não fora evasiva, no entanto fora bastante confusa. O vocabulário de Marco Antônio era muito limitado, o que dificultava sua expressão. Palavras como “roletando”, “bagulho” e “menor” era usadas por ele, dependendo da entonação, para expressar tanto a intensidade da relação, como, até, para significar o nome de atos e objetos.

Ao longo de sua explicação compreendo que para Marco Antônio todas as relações de troca e sobrevivência funcionavam na lógica do roubo, ou da apropriação de algo alheio. No seu meio, a partir do seu relato, todas as pessoas, incluindo seu avô, conseguiam sustento no que chamamos de atividades ilícitas. Trabalho, crime, salário e justiça, da forma como a “sociedade civil” conhece não eram práticas do cotidiano de Marco Antônio. No seu mundo, se ganha o pão de cada dia na intenção sobreviver para o próximo. Qualquer futuro para além do dia seguinte era algo tão incerto que não cabia em palavras. Viver, para ele, era seguir “roletando”.

Na rua, Marco conta que já havia feito diversos “bagulho”, tráfico de drogas, guarda da boca, traficante de animais silvestres. Às vezes tudo isso ao mesmo tempo. Violência sempre foi para ele a ordem do dia. Ouvindo sua fala, pude compreender que sua constante rispidez não era uma agressividade para comigo, mas sim a única forma que ele conhecia de se comunicar.

Marco gostava de ouvir as histórias da minha relação com meu avô e de como tivera sido difícil minha faculdade de psicologia numa cidade distante (me formei na UERJ sendo natural de Volta Redonda). Aos poucos, enquanto caminhávamos para o zoológico, fomos aprendendo a nos afetar, a calibrar nossa comunicação. Enquanto eu pegava o jeito das entonações das poucas palavras de Marco, que narravam suas dores e alegrias, ele, por sua vez, ganhava acesso a um mundo que não conhecia. Era muito comum me perguntar o significado das palavras que eu usava. Traduzia como um “roletando” que também desenhava contornos de um novo mundo para mim. Num momento amparo seu tronco para atravessar a rua. Marco se surpreende. Talvez um dos poucos toques não violentos e altruístas que tenha recebido, pelo menos de um novo conhecido. Em seguida ele me alerta: “olha a rua aí mané!”. Eu respondo: “tô ligado”. A espontaneidade da minha resposta chama minha atenção para o seguinte estranhamento: como psicólogo, no consultório, eu responderia dessa forma?

Antes de voltarmos a ONG levo Marco Antônio ao cinema, apenas para mostrar-lhe. Marco fica maravilhado! Jamais tinha visto algo tão bonito, ele diz. Ou melhor, fazendo jus às suas palavras, jamais tinha visto “bagulho tão louco”. Após o lanche Marco pede para ficar, e pergunta quando seria a próxima vez. Explico que seria semana que vem, e noto outra coisa que me espanta: Marco não conhecia os dias da semana, além de ser analfabeto (o que tinha me confidenciado momentos antes; motivo pelo qual sempre se recusou a assinar as listas de comparecimento). Conto

com suas mãos quatro dias, ele concorda e nos despedimos. A equipe me parabeniza pela “mudança” que o adolescente apresentava. Novamente ponho-me a refletir: houve alguma mudança? Algum de nós deixou de ser o que era?

Na semana seguinte, enquanto voltávamos para o zoológico, uma viatura policial nos abordou. Fazia frio e eu estava de capuz. Para minha surpresa a desconfiança dos policiais não era em relação a Marco Antônio, e sim e relação a mim, provavelmente por estar andando com uma criança cedo, na rua deserta. Comprimento os policiais e mostro o crachá de identificação da ONG, estes nos liberam e até pedem desculpas. Quando nos distanciamos Marco Antônio diz : “pensei que eles fosse me zuar, mas tu é que tá com cara de bandido, menor”. A suposta inversão de papéis nos faz rir por longos minutos. Marco fica realmente surpreso de não ter sido agredido pela policia, por ter passado como alguém diferente de um bandido e completou falando que já estava até de olho numa pedra para me defender caso “os vermi me zuasse”, depois seria apenas sair “roletando”.

Desta vez, além dos bichos de costume que tanto fascinaram Marco, como o macaco, o leão, o tucano e todos os pássaros silvestres que ele reconheceu e tentou capturar, avistamos um biólogo tratando de um porco espinho. O biólogo explica que o bicho fora achado numa armadilha e estava no zoológico para recuperar-se e ser devolvido para a natureza. Marco pede para acariciar o porco-espinho. O biólogo, muito carinhoso com o animal e conosco, explica que apenas poderíamos tocar o animal num sentido, do contrário nos feriríamos com os espinhos que eram cobertos de fezes (uma estratégia do animal para afugentar predadores). Os olhos de Marco brilham enquanto toca carinhosamente o porco-espinho.

No caminho de volta Marco diz que já fez algo parecido, que já havia se escondido no esgoto para não ser morto, fugindo da milícia. Surpreendentemente ele se diz que na sua cidade todos são como o porco espinho, se não ficar “boladão”, morre. Pergunto a ele se eu pareço com as pessoas que o intimidavam, ele diz que “tranquilo, estamos de boa, tranquilo”. Sinto que confiávamos um no outro; trocamos afetos, uma vez que passo a me sentir confiante com ele. Um sentimento que novamente desafia minha suposta neutralidade clínica. Uma experiência que me autorizou a formar um (novo) corpo de psicólogo.

Após uns dois meses de caminhadas pela cidade, exploramos diversos ambientes como a biblioteca municipal, sorveterias, lojas de doces e até loja de roupa íntima feminina, que deixou Marco muito encabulado. No final do mês de julho organizamos uma festa julhina. Marco Antônio, que chegava cada vez mais cedo na instituição e sempre se mostrava solícito em ajudar as funcionarias nas atividades do dia a dia, foi o primeiro a chegar. Não apenas nos ajudou com a decoração, como montou sozinho uma barraca que ninguém da equipe tinha entendido como colocar de pé. Marco era um jovem realmente muito inteligente. Ao longo da festa, coordenou toda a parte de chapa, distribuindo salsichões e espetinhos. Disse que havia guardado para mim os dos melhores salsichões. Dividimos estes com refrigerante e bolo. Agora, seu

sorriso infantil cativava a todos, inclusive os adolescentes de facções rivais. Na pelada que se sucedeu após o encerramento da festa, com profissionais e adolescentes, pude observar Marco relaxado, com semblante de criança, sem os espinhos que me amedrontavam no início. Percebi que eu também estava despojado dos meus espinhos, aberto a possibilidade de também ser, naquele momento, criança (sem neutralidades).

Após esses meses de trabalho, enquanto estávamos sentados a beira do ribeirão que contorna o jardim público, Marco revela que sua família, seus avós, vieram lhe visitar no final de semana, e, para sua surpresa, não lhe levaram de volta. Além disso, a matrícula numa escola local lhe deixou confuso: se sua estadia seria por apenas “uns dias”, por que não voltou com os Avós? Se sua estadia seria temporária, por que o matricularam numa escola? Marco não tinha nenhuma educação formal, mas não lhe faltava sapiência. Sem respostas, apenas concordo. Marco completa que sente que eu era o único ali que não o enganava. Talvez ele tivesse razão...

Faço contato com o abrigo, com a rede de saúde mental e levo o caso à reunião de equipe. De fato os avós de Marco estiveram em Volta Redonda, porém, a disponibilidade dos mesmos em receber o neto em casa não era tão calorosa quanto o adolescente imaginava. Os avós de Marco Antônio, cansados das suas fugas, roubos e envolvimento com o crime, não o querem em casa. A rede de Duque de Caxias, por sua vez, em razão das constantes fugas de Marco, considerava que apenas sua disposição num local que o mantivesse longe do crime local de Duque de Caxias poderia ajudá-lo. Em meio à complexidade de questões estratégicas, legais, afetivas etc. e das muitas partes ouvidas na elaboração do melhor plano de tratamento, um ator que em momento nenhum foi ouvido, ou convidado a participar da discussão, foi o próprio Marco Antônio. Pelo contrário, este, como ele compreendeu perfeitamente, estava mantido num município totalmente desconhecido, impessoal, por prazo indeterminado e sem uma proposta de cuidado consistente a longo prazo.

No encontro seguinte fico muito hesitante, mas explico para o adolescente a posição da rede. Digo que em função dos riscos que ele corria, a rede de proteção do estado estava disposta a mantê-lo num local mais seguro até que sua família estivesse pronta para recebê-lo. Marco não compreendeu. Na versão dos acontecimentos por parte de Marco Antônio crime não era uma atividade “errada”, tão pouca “perigosa”, da mesma forma que uma vida “estabilizada” que planejaram para ele em Volta Redonda, com abrigo, escola e atividades complementares, não fazia sentido para ele.

Marco diz, com lágrimas nos olhos, que não acha justo o que estavam fazendo com ele. Enfatiza que quer voltar pra casa, e que, caso não volte, iria acabar se vinculando com o tráfico local. O desabado de Marco não era uma ameaça, nem uma barganha, estava discutindo comigo seus planos. Fico com medo. De fato, o que ele tinha a perder? Para alguém acostumado, desde cedo, a viver sozinho, a administrar seus próprios ganhos, por que viver uma vida completamente diferente do que ele jamais havia experimentado, com horários, regras, numa cidade que ele não escolhera e, ainda por cima, distante de todos aqueles que ele amava? Nessa altura,

o plano terapêutico estabelecido para Marco parecia-me mais adequando para nossas expectativas do que para o próprio Marco Antônio...

A próxima sessão é marcada pela falta de Marco, algo que jamais havia acontecido. Entro em contato com o abrigo, que diz que ele estaria a caminho. No encontro seguinte ele se explica que perdeu o dinheiro da passagem, no entanto, vestia roupas novas. Pergunto das roupas, ele diz que ganhou do abrigo. Falo que queria ouvir a verdade (sabia que o abrigo não tinha verba, naquele momento, para comprar roupas novas para os adolescentes). Marco então abre o jogo: diz que tinha feito uns trabalhos e estava ganhando seu dinheiro, assim poderia comprar o que quisesse, como sempre fez. Manifesto minha preocupação para ele, digo que não acreditava que esse tipo de trabalho que ele estava escolhendo lhe garantisse um bom futuro. Marco responde: “Ulisses, não me vem com papo de psicólogo, papo de trabalho, de futuro. Tô cansado dessa porra”.

Levo o caso para a equipe e coloco minhas preocupações. Após uma longa discussão, onde até internação fora cogitada, resolvemos ser mais incisivos com a rede de proteção de Duque de Caxias. Porém já era tarde, Marco já havia evadido do abrigo.

Dias depois Marco reaparece na ONG. Com roupas de marca, e uma expressão madura, bem diferente do menino que vi nos nossos melhores momentos, ele me oferece um tênis: um All-star preto, modelo do meu uso cotidiano. Marco diz que gostaria muito de me oferecer o presente, visto que, como ele observara, eu gostava daquele tipo de tênis. Sua fala seca e madura leva-me a responder como o psicólogo especialista responsável pelo seu cuidado.

Marco é evasivo, diz que não poderia demorar e que pretendia apenas me dar o tênis. Pergunto a procedência do tênis. Marco diz: “você sabe, porra. Aceita logo!”. Explico que não posso aceitar um objeto que vinha de uma atividade criminosa, e que ele precisava voltar para o abrigo (nesse meio tempo peço para uma funcionária fazer contato com o abrigo e avisar da presença de Marco na ONG). Marco, em tom de decepção e dor diz: “cara... você não vai aceitar meu presente?”. Para Marco Antônio, tudo na vida era artigo de apropriações, ele nunca fora capturado pela proposta de trabalho digno e indigno, honesto e desonesto. Não, para ele as coisas eram mais simples: “se consegui é meu”. Além da minha hesitação moral e profissional em aceitar o presente, a ONG tinha regras rígidas nesse sentido. Não aceitei. Lágrimas escorrem pelos olhos de Marco, e logo também pelos meus. Ele guarda os tênis na mochila, me abraça e sai pelo portão. Quando os encarregados do abrigo aparecem, novamente já era tarde demais...

Todavia, o ato de carinho de Marco para comigo, que acabou marcando nossa despedida, põe em questão o “tarde demais” que acabo de escrever. Provavelmente o All-star fora uma das poucas demonstrações de carinho que Marco se permitiu para alguém sem almejar nada em troca; nada além de amizade. Tarde demais?

## 4 | CONCLUSÃO

O presente texto, portanto, se dispõe a intenção de criar uma nova versão para se pensar a prática psicológica e seus efeitos de subjetivação. Não pretendo com esta provisória conclusão oferecer um ponto de chegada, como se alguma verdade tivesse sido descoberta, mas, do contrário, sintetizar os caminhos percorridos neste processo explicitado em virtude de que novas questões perpassem ao leitor, gerando afetos que articulem ainda mais mediadores.

A escolha de articular alguns operadores conceituais da TAR como Corpo, Subjetividade, Ator-rede e Performance com a cartografia do caso relatado marca a minha disposição para pensar as práticas. Moraes (2010) defende, inspirada na TAR, que esta em jogo, nas pesquisas com a TAR, não é a descoberta da real natureza oculta do objeto – uma questão de verdade -, mas sim uma pesquisa engajada e situada, voltada para as práticas, para a produção de novas versões da realidade - uma questão de afetos e processos.

Como nos explica Moraes (2010), as práticas são performativas, fazem existir realidades que não estavam dadas antes, e que não existiriam a não ser por estas práticas. Pensar a realidade como construída em práticas situadas nos abre caminho para percorremos novas versões, ou possibilidades existenciais, nos processos de composição, tal qual realizei com Marco Antônio. Processo este que não deve ser compreendido como a modificação de interioridades predeterminadas, mas como um processo de afetação, de mistura, de aprender a ser afetado na articulação com o outro na produção de outros modos de existência.

Sendo assim, com o relato do caso apresentado, pretendo, fazendo eco aos estudos das CTS ao optarmos pela via das práticas. Baseado no relato de caso em questão, com efeito, apresento uma nova versão para o controverso debate a cerca da subjetividade, ou da produção de subjetividade, como um dos efeitos do dispositivo terapêutico. Do contrário da modificação de uma interioridade identitária, a subjetividade, uma nova versão dos efeitos do dispositivo clínico pode ser oferecida quando admitimos que, no caso apresentado, toda uma nova geografia fora produzida a partir dos encontros dos múltiplos atores em cena. Dessa forma, os sujeitos em questão sem abrem à problematização de poderem ser definidos não pelo que são (sua identidade ou interioridade), mas pelo que fazem; o que muda toda a cena: esta se transforma num local cheio de novas entidades ativas que se articulam diferentemente.

Se pensarmos as nossas práticas como vetores que criam realidades, a abertura ao encontro gerou afetações diversas em que múltiplos atores entraram em cena afetando e sendo afetados nas nossas caminhadas terapêuticas: posições hierárquicas se desfizeram e se tornaram horizontais perante a mútua descoberta, se tornaram interessantes; porcos espinhos ganharam tom de metáfora, nos ensinando que aquilo que parece numa primeira vista ameaçador, como um bandido ou um investigador, pode também ser uma figura dócil que nos possibilita aprendizados

diversos; que árvores, pássaros, pedras, viaturas policiais, do contrario da assepsia que se encontrava anteriormente no consultório, tem voz, agência, o que devolve o encontro ao devir, ao incerto, aos heterogêneos encontros tão comuns às aventuras de uma caminhada.

Despret (2004), ao falar dos corpos inteligentes nas relações entre consciência, afetos e corpos, cita o exemplo da relação entre o cavalo e o jóquei, onde antes mesmo do jóquei executar o movimento de comando para o cavalo, este já percebe e se antecipa, acelerando a corrida. O exemplo demonstra que, a partir das afetações recíprocas, acontece uma mistura, uma forma de compor e articular (novas) corpografias. Nas nossas caminhadas, Eu e Marco Antônio fomos tornando-nos mais sensíveis, fomos incorporando não só os heterogêneos atores em nossa volta, como também um ao outro. Nossa relação ganhou contornos processuais na medida em que aprendemos a nos afetar, a articular novas formas de existir e de habitar nossas (outras) geografias. Da mesma forma que cavaleiros passam a se comportar como cavalos, nosso encontro deu-se no meio Ulisses-Marco em que um pode aprender a se mover com o outro; para cada “roletando” uma palavra nova, para as vastas palavras novos afetos que traduziam a experiência pessoal/profissional em novos termos; um autorizou o outro à novas articulações, à aprendizados.

Desta feita, se a realidade é algo que não existe a priori, mas sim efeito de um processo, espero que esta versão da prática psicológica gere problematizações que façam expandir as possibilidades das práticas em psicologia. Como nos explicam os autores da TAR, a composição de um mundo comum nos engaja à difícil tarefa de produzi-lo. Sendo assim, ao defender a possibilidade de uma prática psicológica sensível à geografia de novas articulações, livre das assimetrias e dos lugares comuns, deixo ao leitor a seguinte questão: a que misturas o presente texto te engaja?

## REFERÊNCIAS

ARENDET, R (2007). “Emoções e mídia”. In: JACÓ VILELA, A. & SATO, L (Org). **Diálogos em Psicologia Social**. Porto Alegre: Evangraf, p. 275-285.

CALLON, M. Society in the making: the study of technology as a tool for sociological analysis. Em W. Bijker et alii (ed). **The social construction of technological systems. New directions in the sociology and history of technology**. Cambridge, Mass., Mit Press, pp 83-103 apud MORAES, M. A ciência como rede de atores: ressonâncias filosóficas. **História, Ciências, Saúde**[Rio de Janeiro]; vol 11(2): 321-333, maio-ago. 2004.

DESPRET, V (1999). **Ces émotions que nous fabriquent**. Paris: Lês empecheurs de penser em rond. Apud MORAES, M. (2010). **PesquisarCOM: política ontológica e deficiência visual**. In: \_\_\_\_\_; KASTRUP, V. *Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual*. Rio de Janeiro: Nau.

DESPRET, V. (2004) **The body we care for: figures of anthropo-zoo-genesis**. *Body and Society*, 10 (2-3), 112-132.

LATOUR, B (2007). Como falar do corpo? A dimensão normativa dos estudos sobre ciência. In A. Nunes & R. Rogue (org.) *Objetos impuros: experiências em estudos sociais da ciência* (pp. 39-61). Porto: Afrontamento.

LATOUR, B. **Reagregando o social: uma introdução a teoria ator rede**. São Paulo: USC, 2012.

MORAES, M (2004). **A ciência como rede de atores**: ressonâncias filosóficas. *História, Ciências, Saúde* [Rio de Janeiro]; vol 11(2): 321-33, maio-ago.

MORAES, M. (2010). **PesquisarCOM: política ontológica e deficiência visual**. In: \_\_\_\_\_; KASTRUP, V. *Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual*. Rio de Janeiro: Nau.

MORAES, M. & ARENDT, R. (2013). **Contribuições das investigações de Annemarie Mol para a psicologia social**. *Psicologia em Estudos, Maringá*. V.18, n2. P 313-321.

THRIFT, N (2008). **Subjectivity**. University of Warwick, Coventry, Uk, 22 (82-89).

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Autismo 100, 101, 102, 104, 109, 111

### B

Bolsa Família 8, 184, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213

### C

Classe Social 47, 103, 104, 172

Comunidade Quilombola 8, 189, 190, 191

Consequências Psíquicas 7, 120, 122, 124, 129

Criança 6, 13, 17, 18, 24, 26, 27, 30, 34, 38, 39, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 70, 72, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 111, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 157, 158, 160, 163, 164, 222

### D

Desamparo 8, 128, 156, 158, 164

Desigualdade 1, 44, 45, 171, 192, 202, 217, 218, 222, 225

Direitos 6, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 61, 62, 63, 93, 97, 109, 110, 144, 149, 154, 158, 164, 165, 170, 175, 177, 183, 184, 185, 187, 189, 190, 191, 206, 207, 212, 213, 214, 215, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 225, 226, 231

### E

Educação Especial 5, 7, 64, 100, 101, 105, 109

Enfermagem 5, 7, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 158, 175, 188

Enfrentamentos 2, 5, 8, 25, 50, 165

Ensino Superior 104, 114, 120, 128, 199

Escola 5, 7, 1, 2, 3, 4, 12, 13, 18, 40, 65, 71, 77, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 129, 133, 141, 142, 155, 177, 181, 199, 202, 231

Espaço de Acolhimento 8, 143, 146, 149, 151

Exclusão Social 8, 45, 103, 104, 189, 190

### L

Liberdade 9, 24, 25, 27, 30, 33, 34, 39, 43, 114, 156, 158, 182, 199, 203, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 225

Luto 7, 120, 124, 129, 130

## M

Medidas Socioeducativas 6, 23, 24, 27, 30, 31, 34, 37, 38

Mulher 8, 160, 205, 206, 209, 210, 212, 213, 215, 218, 220, 221, 222, 224, 226

## P

Pessoa Idosa 179, 183

Política de Assistência 5, 6, 40, 41, 42, 43, 47, 48, 49, 207, 212

Prática Esportiva 5, 227

Processos Educacionais 7, 87, 88

Psicologia 5, 6, 7, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 11, 16, 21, 22, 23, 24, 33, 34, 38, 39, 52, 61, 63, 68, 69, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 112, 115, 116, 117, 119, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 143, 154, 155, 157, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 175, 176, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 200, 202, 203, 227, 228, 230

Psicologia Educacional 5, 7, 76, 78, 87

Psicopedagogia 5, 6, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 72, 73, 74, 75

## S

Saúde Mental 5, 7, 11, 12, 13, 18, 47, 50, 70, 91, 132, 133, 135, 136, 137, 142

Sistema Regular de Ensino 7, 100, 101, 104

Situação de Rua 8, 43, 146, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188

Sociedade 2, 5, 3, 4, 6, 7, 16, 26, 27, 33, 41, 44, 45, 46, 47, 48, 51, 61, 70, 81, 88, 92, 93, 94, 102, 107, 109, 113, 154, 155, 168, 170, 171, 175, 177, 178, 183, 188, 190, 191, 192, 201, 202, 206, 209, 213, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225

Sociologia 68, 203

Sono 7, 58, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119

Subjetividade 6, 8, 6, 7, 9, 10, 11, 20, 62, 84, 139, 154, 159, 167, 172, 189, 192, 204, 226

## T

Transição Escolar 7, 91, 92, 95, 97, 98

## V

Violência 5, 6, 14, 16, 24, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 63, 92, 103, 120, 122, 129, 146, 178, 179, 180, 183, 193, 195, 196, 202, 203, 219, 225

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-565-5

